



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD CONTRATAÇÃO DE AÇÃO EDUCACIONAL TURMA EXCLUSIVA PARA O TJDF

Tipo de Contratação

- ☐ Pessoa Física
☒ Pessoa Jurídica

Prazo da Solicitação com Envio Completo da Documentação

- ☐ Tempestiva (60 dias antes do início da solução educacional)
☒ Intempestiva. Declaro estar ciente da possibilidade de não atendimento da solicitação, por descumprimento do prazo estabelecido na Portaria GPR 160 de 20/03/2025

Unidade Demandante

Nome da Unidade: Assessoria de Controle Interno e Apoio à Governância das Contratações - AGCON
Titular da unidade responsável pela solicitação: Eduardo Souza Ribeiro
Substituto da unidade responsável pela solicitação: Juliana Quixabeira Gonçalves Name
Telefone(s): 61 3103-4394
E-mail: agcon@tjdft.jus.br

Objeto da Contratação

Solução Educacional: CICLO DE CAPACITAÇÃO SOBRE NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATO – LEI N.º 14.133/21
Modalidade: ☒ À distância ☐ Semipresencial ☐ Presencial
Docentes: Ronny Charles, Marcus Alcântara, Anderson Pedra e Jader Esteves
Empresa/Instituição: Grupo Centrum Capacitação e Eventos Ltda
E-mail da empresa: contato@grupocentrum.com.br
Telefone da empresa: (83) 9975-0357
Nº de turmas: 1 turma exclusiva para o TJDF, estruturada em 6 módulos independentes
Sugestão de cronograma:
1) Fundamentos da Lei nº 14.133/2021: 14/09/2026
2) Contratações Complexas e Soluções Inovadoras na Lei nº 14.133/2021: 28/09/2026 e 29/09/2026
3) Penalidades e Processo Sancionador nas Contratações Públicas: 15/10/2026, 16/10/2026 e 19/10/2026
4) Análise de Riscos e Controles Internos nas Contratações Públicas: 03/11/2026 e 04/11/2026
5) Mentoria – Contratações Públicas na Prática: 05/11/2026
6) Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos com Apoio de Inteligência Artificial: 18/11/2026 e 19/11/2026
Indicação do horário: Período vespertino, conforme cronograma a ser ajustado com a empresa.
Carga horária: 42 horas- aula (total para os 6 módulos)

Objetivo da Solução Educacional

A presente solução educacional tem por objetivo promover o aperfeiçoamento técnico dos servidores do TJDFT que atuam, direta ou indiretamente, nos processos de contratação pública, com enfoque na aplicação da Lei nº 14.133/2021 e no exame de temas estratégicos relacionados às diversas etapas do ciclo da contratação.

A capacitação busca propiciar a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de competências necessárias ao adequado desempenho das atividades afetas à análise de riscos nas contratações, à gestão e fiscalização contratual, à aplicação de penalidades administrativas e ao tratamento de contratações complexas, com base em abordagem prática, orientada por boas práticas administrativas e entendimentos jurisprudenciais pertinentes.

Pretende-se, ainda, contribuir para o fortalecimento da segurança jurídica, da eficiência administrativa e da conformidade dos procedimentos adotados no âmbito do Tribunal, bem como para o aprimoramento da atuação institucional das unidades envolvidas nas contratações públicas.

Adicionalmente, a solução educacional contempla a apresentação de possibilidades de uso responsável de ferramentas de Inteligência Artificial como apoio às atividades administrativas, especialmente na organização de informações e acompanhamento da execução contratual, em consonância com os desafios contemporâneos da Administração Pública.

Conteúdos da Solução Educacional

A solução educacional será composta por módulos independentes e complementares, voltados ao aprofundamento de temas estratégicos da Lei nº 14.133/2021, com abordagem prática e aplicada às rotinas de contratação pública.

O ciclo contemplará os seguintes conteúdos:

1) Fundamentos da Lei nº 14.133/2021: abordagem dos princípios, estrutura normativa, agentes envolvidos, fases da contratação, planejamento, estudos técnicos preliminares, termo de referência, pesquisa de preços, modalidades, critérios de julgamento e hipóteses de contratação direta. Docente: Ronny Charles, carga horária: 4 horas.

2) Contratações Complexas e Soluções Inovadoras: análise de instrumentos previstos na Lei nº 14.133/2021, como diálogo competitivo, contratação integrada e semi-integrada, procedimentos auxiliares, sistema de registro de preços, procedimento de manifestação de interesse, compras públicas inovadoras, soluções tecnológicas e uso de Inteligência Artificial. Docente: Ronny Charles, carga horária: 8 horas.

3) Penalidades e Processo Sancionador: exame do regime sancionatório da Lei nº 14.133/2021, incluindo infrações, sanções administrativas, instauração e instrução do processo sancionador, contraditório, ampla defesa, produção de provas, dosimetria e entendimentos dos tribunais. Docente: Anderson Pedra, carga horária: 12 horas.

4) Análise de Riscos e Controles Internos nas Contratações Públicas: estudo da gestão de riscos, governança, controles internos, identificação, avaliação e tratamento de riscos, elaboração de matriz e mapa de riscos, bem como uso de ferramentas tecnológicas e de Inteligência Artificial como apoio à tomada de decisão. Docente: Marcus Alcântara, carga horária: 8 horas.

5) Mentoria em Contratações Públicas na Prática: realização de estudos de caso e discussão orientada, com foco na aplicação dos conhecimentos desenvolvidos ao longo dos módulos às situações concretas enfrentadas nas rotinas administrativas do Tribunal. Docente: Ronny Charles, carga horária: 2 horas.

6) Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos com Apoio de Inteligência Artificial: abordagem das atribuições do gestor e dos fiscais, fiscalização técnica, administrativa e setorial, documentação da execução contratual, recebimento do objeto, gestão de riscos, sanções, extinção contratual e uso de Inteligência Artificial Generativa como apoio à fiscalização e à documentação processual. Docente: Jader Esteves, carga horária: 8 horas.

Os conteúdos serão desenvolvidos em formato on-line e ao vivo, com aulas expositivas dialogadas, análise de casos práticos, referências jurisprudenciais e boas práticas administrativas, conforme proposta apresentada.

✓ O conteúdo final será ajustado conforme alinhamento com os professores.

Justificativa da Contratação

1. Justifique a necessidade da solução educacional, descrevendo como será atendido o interesse do serviço e, ainda, sua correlação com as atividades funcionais desenvolvidas no Tribunal. Deverão ser apresentados os fatores que motivaram a solicitação da ação educacional.

A contratação da ação educacional em turma exclusiva para o TJDFT justifica-se pela necessidade de promover o aperfeiçoamento técnico dos servidores que atuam direta ou indiretamente nos processos de contratação pública, diante das exigências introduzidas pela Lei nº 14.133/2021. O novo regime jurídico reforça a importância do planejamento, da governança, da gestão de riscos, dos controles internos, da adequada fiscalização contratual e da responsabilização administrativa, exigindo atuação cada vez mais qualificada dos agentes públicos envolvidos no ciclo das contratações.

A capacitação proposta contempla temas estratégicos e complementares, abrangendo fundamentos da nova Lei de Licitações, análise de riscos e controles internos, contratações complexas e soluções inovadoras, processo sancionador, gestão e fiscalização de contratos administrativos, além de mentoria voltada ao estudo de casos práticos. A metodologia prevista, com aulas on-line e ao vivo, abordagem aplicada, análise de situações concretas, entendimentos jurisprudenciais e boas práticas, mostra-se adequada para aproximar o conteúdo normativo das rotinas administrativas do Tribunal.

O formato de turma exclusiva favorece o alinhamento do conteúdo às necessidades institucionais do TJDFT, permitindo maior interação entre docentes e participantes, discussão de problemas recorrentes e construção de soluções compatíveis com a realidade da Administração Pública. Além disso, a disponibilização das gravações possibilita a revisão do conteúdo e amplia o aproveitamento da capacitação pelos servidores.

Dessa forma, a contratação contribui para o fortalecimento da segurança jurídica, da eficiência administrativa, da padronização de procedimentos e do aprimoramento da governança das contratações no âmbito do TJDFT.

2. A presente contratação possui alto nível de complexidade, ou, elevado valor que justifique a elaboração de mapa de riscos nos termos do Art.23 da Portaria GPR 1255/2021?

- ☒ (x) Sim. Elaborar o mapa de riscos e anexar ao processo
☐ () Não

Fundamentação legal

1. Declaro que a presente contratação se enquadra na seguinte modalidade:

- a) ☒ (X) Inexigibilidade de Licitação, por Notória especialização do docente/empresa.
b) ☐ () Inexigibilidade de Licitação, por fornecedor exclusivo (Contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, Art. 74, I, Lei 14.133/2021)
c) ☐ () Dispensa de Licitação, em razão do valor. (Art. 75, II, Lei 14.133/2021)
d) ☐ () Outras. (Indicar a fundamentação legal)

2. Para justificar a escolha, traga os elementos que ensejaram o enquadramento proposto:

- a) Devem ser anexados documentos que demonstrem a especialização e notoriedade do profissional ou empresa, tais como currículo, relação de publicações, menção a experiências anteriores exitosas na área do conhecimento, etc.
b) Quando o conteúdo do curso, palestra ou treinamento é vinculado a um autor, instituição ou metodologia específica, como por exemplo, certificações oficiais, cursos com metodologia própria registrada, deverá ser apresentada a documentação comprobatória da condição de exclusividade, mediante a apresentação de atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é prestado por empresa exclusiva, devendo a unidade demandante confirmar sua veracidade por meio de diligência junto ao mercado, ou consulta a bases públicas.
c) Identificada a possibilidade de diferentes empresas ofertarem a ação educacional, as unidades demandantes deverão anexar ao processo, no mínimo, 3 (três) propostas de preços, sendo contratada aquela que ofertar o menor valor.
d) Indicar a fundamentação legal e apresentar a documentação necessária para instrução do processo, conforme orientações contidas na Portaria GPR 1255/2023.

A presente solução educacional "Ciclo de Capacitação sobre Nova Lei de Licitações e Contrato – Lei nº 14.133/21", no formato *in company* e na modalidade à distância, encontra fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual voltados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que haja inviabilidade de competição e notória especialização do contratado.

A proposta apresentada contempla um programa de capacitação estruturado em módulos temáticos sobre a Lei nº 14.133/2021, com abordagem prática sobre temas estratégicos das contratações públicas, como gestão de riscos, contratações complexas, processo sancionador e gestão contratual, ministrado por docentes com reconhecida atuação na matéria, entre os quais o Professor Ronny Charles. A proposta indica, ainda, que a solução foi concebida para atendimento institucional, em formato online e ao vivo, com conteúdo voltado ao aperfeiçoamento técnico dos agentes públicos que atuam nos processos de contratação do TJDFT.

A escolha da empresa e dos docentes indicados decorre, portanto, da especialização técnica e da adequação da solução educacional às necessidades do TJDFT, considerando que a capacitação pretendida demanda expertise específica, aprofundamento técnico e abordagem compatível com os desafios concretos enfrentados pela Administração Pública na aplicação da nova legislação licitatória. Desse modo, a contratação não se orienta unicamente pelo menor preço, mas sobretudo pela confiança técnica, pela reputação acadêmico-profissional e pela aptidão dos docentes e da empresa para entregar conteúdo de qualidade superior e aderente à realidade institucional.

Diante desse contexto, entende-se que a contratação pretendida se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação por notória especialização do docente/empresa, em razão da natureza do objeto, da especialização dos profissionais envolvidos e da adequação da solução educacional às necessidades institucionais do TJDFT, sem prejuízo da comprovação, na instrução processual, dos demais requisitos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

1. Comprovante de inscrição do CNPJ. Link de Acesso 5327522
2. Declaração de optante pelo Simples Nacional, se inscrita*; Link de Acesso 5327555
3. Estatuto Social da empresa, procuração, ou instrumento equivalente, bem como documento de identificação para comprovação de que o signatário possui poderes para representar a empresa; 5327584 e 5327595
4. Formulário de Ciência da Contratação Direta, Declaração de Ausência de Nepotismo e Declaração de Inexistência de Vínculo com o TJDF; Link de Acesso 5327318, 5327400 e 5327442.
5. Certidão Negativa da Receita Federal. 5327485
6. Certidão de regularidade do FGTS; 5327569
7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; 5327563
8. Certidão Negativa Débitos Tributários e Div. Ativa Estadual e Municipal 5327493 e 5327569
9. No mínimo, 3 (três) comprovantes de preços (notas de empenho, recibos ou notas fiscais, de órgãos públicos ou entidades particulares emitidos nos últimos doze meses, referentes a contratações do mesmo curso que se pretende contratar), ou, tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data, hora de acesso e endereço do sítio eletrônico. Esses documentos são necessários para comprovação do preço praticado no mercado, por se tratar de processo de inexigibilidade de licitação, conforme Portaria que regulamenta a Pesquisa de preços no âmbito do TJDF; Portaria GPR 1583/2021 e Portaria que regulamenta as contratações diretas Portaria GPR1584/2021. 5327452, 5327457, 5327459 e 5327464



Documento assinado eletronicamente por **Isabella de Sousa Brito, Secretário(a)**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Souza Ribeiro, Assessor(a)**, em 06/08/2026, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Quixabeira Gonçalves Name, Técnico Judiciário**, em 06/08/2026, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5326668** e o código CRC **D965309A**.